

EVOLUÇÃO DO SETOR AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO PAULISTA SOB A ÉGIDE DO PROÁLCOOL, DE 1975 A 1990¹

*Bruno Giovani Chequin*²

Mestrando em História Econômica (USP)

br_chequin@usp.br

Resumo

O presente artigo procura analisar, numa perspectiva histórica, as principais mudanças ocorridas na dinâmica setorial da agroindústria canavieira paulista, entre 1975 e 1990, período bastante relacionado à implantação e condução do Proálcool. Não obstante, tal período é marcado pelo avanço da concentração fundiária nas mãos dos proprietários das unidades processadoras, fato evidenciado pelo predomínio do esmagamento de cana própria em relação à cana total moída, mantendo-se a histórica estrutura produtiva do setor, a produção integrada de lavoura-processamento de cana. Para melhor exposição dos fatos, analisa-se a evolução do setor paulista inserida em duas fases distintas do Proálcool. De 1975 a 1979, caracterizada pela expansão moderada do setor e, de 1980 a 1990, onde se deu o auge e a desaceleração do programa.

Palavras-chave: agroindústria canavieira paulista; Proálcool; produção integrada; concentração fundiária; estrutura produtiva.

Evolution of the sugarcane agroindustrial sector of São Paulo State under the aegis of Proalcohol, from 1975 to 1990

Abstract

This paper analyzes, in a historical perspective, the main changes that occurred in the sectorial dynamics of the sugar cane agroindustry in São Paulo State between 1975 and 1990, a period closely related to the implantation and conduction of the Proalcohol. Nevertheless, this period is marked by the advance of the land concentration in the hands of the owners of the processing units, a fact evidenced by the predominance of the sugarcane belonging to the plants in relation to the total sugarcane processing, maintaining the historical productive structure of the sector, the integrated production of crop-processing. For a better explanation of the facts, the evolution of the sector in São Paulo is analyzed in two distinct phases of Proalcohol. From 1975 to 1979, characterized by the moderate expansion of the sector and, from 1980 to 1990, when the program's peak and deceleration occurred.

Keywords: sugarcane agroindustry of the São Paulo State; Proalcohol; integrated production; concentration of land; productive structure.

¹ O presente artigo trata-se de uma parte de uma pesquisa mais ampla que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP, em nível de mestrado com financiamento da CAPES sob a orientação do Prof. Dr. Guilherme Grandi.

² Mestrando em História Econômica pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo.



1-Introdução

O presente artigo tem como propósito básico procurar entender, do ponto de vista histórico, quais foram as principais mudanças ocorridas na dinâmica setorial da agroindústria canavieira paulista, entre 1975 e 1990, período fortemente relacionado à implantação e condução do Proálcool, sem, contudo, a atividade açucareira deixar de ser importante. Ao mesmo tempo, é de se salientar que o período em questão esteve marcado pelo avanço da concentração fundiária nas mãos dos proprietários das usinas e destilarias autônomas, fato que é evidenciado pelo predomínio do processamento de cana própria em relação à cana total moída. Assim, tem-se mantido a histórica característica estrutural do setor tanto no âmbito nacional, como do paulista em particular, qual seja, a integração vertical da produção agrícola com a unidade processadora de cana.

Para uma melhor exposição dos fatos e visando uma abordagem mais adequada do fenômeno contextualizado, analisa-se a evolução da agroindústria canavieira paulista a partir de uma perspectiva cronológica do Proálcool que conforme Veiga Filho e Ramos (2006), pode ser caracterizado em quatro fases distintas: A primeira de 1975 a 1979; a segunda de 1980 a 1990; a terceira de 1991 a 1999; e a última após 2000. Contudo, por uma razão de delimitação temporal do objeto deste trabalho, busca-se destacar apenas os dois primeiros subperíodos, 1975-1979 e 1980-1990.

Portanto num primeiro momento abordamos o desenvolvimento do setor agro canavieiro paulista inserido num contexto que se inicia em 1975, com a implantação do Proálcool, até 1979. Essa fase é marcada por uma expansão moderada do setor, consequência do estímulo à produção de álcool anidro utilizado como combustível misturado à gasolina, motivado pelo primeiro choque do petróleo, em 1973.

Na sequência discorre-se a respeito da próxima fase do programa governamental, que foi do auge à desaceleração e crise. O seu início se dá a partir de 1980, consequência direta do segundo choque do petróleo ocorrido em 1979, quando o preço do barril disparou no mercado internacional. O final desse subperíodo, em 1990, foi marcado pela falta de etanol hidratado nos postos de abastecimento. Nessa fase, o auge da expansão do tanto do setor nacional como de São Paulo, especificamente, ocorreu entre 1981 e 1985, motivada pelo aumento da produção do álcool hidratado, através da implantação de destilarias autônomas, para uso combustível em carros movidos exclusivamente a álcool. Entretanto, após esse apogeu, observa-se uma desaceleração paulatina em decorrência de um conjunto de fatores tais como: a crise fiscal do Estado Brasileiro, a reversão da



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

tendência de alta para os preços do petróleo no mercado mundial, e da mencionada crise de abastecimento em 1989.

Finalmente nas considerações finais procura-se verificar em que aspectos as diversas conjunturas pelo qual passou as fases do Proálcool, aqui abordadas, condicionaram a evolução do setor agroindustrial canavieiro no estado de São Paulo e a sua dinâmica, promovendo mudanças ou mantendo as características estruturais desse setor.

2 – Primeira fase: Implantação e expansão moderada do Proálcool, 1975 - 1979

Primeiramente, importa assinalar que, em meados da década de 1970, a crises do petróleo aliada à crise da agroindústria canavieira do Brasil contribuíram para viabilizar o surgimento do Programa Nacional do Álcool (Proálcool).

É de se destacar que o parque industrial agro canavieiro nacional, de modo geral, e paulista em particular, havia acabado de passar por uma renovação, por meio de incentivos dos programas de racionalização e modernização do setor, assentados numa expectativa superestimada de crescimento das exportações brasileiras de açúcar, cujos preços encontravam-se valorizados no mercado internacional. Contudo, em meados dos anos 1970, o setor passou a sofrer com a redução nos preços do açúcar no mercado externo, como resultado se deparou com uma diminuição da sua rentabilidade e ociosidade da sua capacidade produtiva.

Outro aspecto do período a ser considerado é que, em decorrência da primeira crise internacional do Petróleo, em 1973, que quadruplicou os preços do produto no mercado mundial, o Brasil passou a enfrentar dificuldades no seu Balanço de Pagamentos, considerando que o país importava na ocasião cerca de 80% do petróleo. Assim, para descrever melhor esta situação, Baccarin (2005, p.64) ilustra que:

As contas externas brasileiras foram também seriamente afetadas, especialmente a partir de 1974. O petróleo contribuía com cerca de 40% do consumo nacional de energia e o seu fornecimento dependia, próximo à 80%, de importações. A elevação do preço do barril do petróleo fez com que a Balança Comercial Brasileira, de praticamente equilibrada, em 1973, apresentasse um déficit de US\$ 4,7 bilhões, em 1974, e de US\$ 3,5 bilhões, em 1975. Acrescente-se a isto, o déficit já existente na Balança de Serviços, de forma que o déficit em Transações Correntes saltou de US\$ 1,7 bilhão, em 1973, para US\$ 7,1 bilhões, em 1974, e US\$ 6,7 bilhões, em 1975. Como consequência, o próprio



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

Balanço de Pagamentos tornou-se deficitário em 1974 e 75, acarretando redução das reservas internacionais brasileiras. Ao mesmo tempo, o índice de inflação mudou de patamar, de uma média em torno de 20% anuais, entre 1967-73, passou para um nível superior a 40% ao ano, a partir de 1974 até o final da década.

Tendo em vista o que foi descrito sobre a conjuntura petrolífera no mundo e paralelamente a evolução do mercado mundial do açúcar. A produção de álcool a partir da cana para uso combustível passou a ser defendida pelos grupos açucareiros como alternativa mais viável. Paulatinamente foi tomando corpo uma nova política para o álcool na agroindústria canavieira.

Segundo Shikida (1998), a crise do petróleo gerou uma dificuldade para a economia nacional que fomentou um ambiente favorável ao surgimento de novas possibilidades para o uso de produtos como substitutos de seus derivados. Nesse contexto, a crise da agroindústria canavieira paulista e nacional favoreceu o agrupamento de interesses que levou o país a optar pela produção do álcool como alternativa viável. Em relação ao exposto, a crise do petróleo contribuiu para a possibilidade de um novo mercado, no entanto o agrupamento de interesses definiu qual proposta foi vitoriosa.

De acordo com esse autor, a opção pela produção de álcool combustível a partir da cana de açúcar, foi bem formulada politicamente, nas esferas de interesses privados e públicos. Tal fenômeno não foi observado para nenhuma outra opção energética, isto pode ser explicado, em parte, pelo fato de que não havia em outras áreas uma crise semelhante a açucareira, tampouco havia um grupo de pressão junto ao Estado tão forte quanto o da agroindústria canavieira.

Importa destacar que a viabilização do Proálcool envolveu o agrupamento de interesses dos proprietários de usinas, do Estado, do setor de máquinas e equipamentos e da indústria automobilística. Para os usineiros interessava diversificar a produção e viabilizar um novo mercado para fazer frente às frequentes crises da economia açucareira. Já os interesses do Estado estavam contidos nos seguintes objetivos: economia de divisas; diminuição das desigualdades regionais de renda; crescimento da renda interna; geração de empregos; e expansão da produção de bens de capital. Para o setor de máquinas e equipamentos o Proálcool tornou possível a continuidade do crescimento iniciado no final dos anos 60 e que atingiu o seu auge no "milagre" econômico do país. E por último, para a indústria automobilística, a crise do petróleo ameaçava a continuidade da política



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

rodoviária de âmbito nacional adotada em anos anteriores, neste sentido o carro movido a álcool abria a possibilidade de expansão desse setor.

Nesta perspectiva, verifica-se que os objetivos do Proálcool estavam contemplados no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) anunciado pelo governo do General Ernesto Geisel, em 10 de setembro de 1974, cujo propósito explícito, para o quinquênio 1975-1979, era não apenas manter uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 10% ao ano, média registrada no período do “milagre econômico”, mas também, promover uma reestruturação produtiva, notadamente no setor industrial, com o aprofundamento da substituição de importações da chamada indústria pesada ou de base. Não obstante, a instabilidade pelo qual a economia mundial se encontrava à época, através do II PND, o governo brasileiro, diferentemente de outros países, expressou a opção por manter uma taxa de crescimento elevada e ao mesmo tempo promover uma mudança estrutural na economia capaz de aumentar sua autonomia tecnológica diminuindo as exportações de produtos mais sofisticados. (BACARIN, 2005).

Complementando as colocações acima, nas palavras de Hermann (2011, p.80):

O modelo de ajuste externo adotado no governo Geisel foi o de ajuste estrutural, materializado no II PND, anunciado em meados de 1974. Tratava-se de um ousado plano de investimentos públicos e privados (estes seriam incentivados por políticas específicas), a serem implementados ao longo do período de 1974-79, que se propunha a “cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento”. Os novos investimentos eram dirigidos aos setores, identificados, em 1974, como os grandes “pontos de estrangulamento” que explicavam a restrição estrutural e externa ao crescimento da economia brasileira: infraestrutura, bens de produção (capital e insumos), energia e exportação.

O fato é que a decisão do governo federal em estimular a produção de álcool combustível para mitigar os efeitos negativos sobre a inflação e a balança comercial brasileira, acabou por socorrer o setor agro canavieiro da crítica situação de superprodução de açúcar no mercado mundial. Como resultado, o governo federal adotou uma política a fim de fomentar um grande aumento da produção de álcool combustível, culminando com a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) pelo decreto nº 76.593 de 14 de novembro de 1975 (SZMRECSÁNYI, 1976, p.289).

Com relação ao aspecto institucional do Proálcool, com base em Moreira (1989) e Shikida (1998), seu gerenciamento era realizado, num primeiro momento, pela



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

Comissão Nacional do Alcool (Cnal) formada pelos Ministérios da Agricultura, Fazenda, Indústria e Comércio, Interior, Minas e Energia e Planejamento e, posteriormente, pela Comissão Executiva Nacional do Alcool (Cenal). Já o controle da produção corrente através dos Planos de Safra caberia ao IAA. O programa contou com forte apoio oficial, na forma de financiamentos, incentivos creditícios e fiscais, subsídios e/ou incentivos de preços. As ferramentas básicas utilizadas para implementação do Proálcool foi a definição de preços remuneradores para o álcool, por meio da sua paridade com o preço do açúcar, além da garantia de compra pela Petrobras e a implantação de linhas de crédito para financiamento das atividades agrícola e industrial.

Para uma melhor descrição a respeito dos incentivos concedidos nessa fase para estimular a produção de álcool, temos que:

[...] além dos preços atraentes já definidos anteriormente com a paridade com o açúcar, foram criadas linhas de crédito favorecidas e a garantia da compra do produto pela Petrobrás. Para os investimentos industriais foram instituídas as taxas de 15% ao ano para os produtores do Norte/Nordeste e 17% ao ano para os do Centro-Sul sem correção monetária. O prazo de amortização era de 12 anos, sendo 3 anos de carência, e o financiamento envolvia 100% do investimento (a partir de 1977 a parcela financiada foi reduzida para 90t para o Norte/Nordeste e 80t para o Centro-Sul). Os investimentos agrícolas pagavam uma taxa de 7% ao ano (metade da taxa do crédito rural), tendo os mesmos prazos que o crédito industrial para investimentos fixos e de 1 a 3 anos para custeio agrícola (MOREIRA, 1989).

Como resultado, a mencionada subvenção governamental dispensada ao setor, contribuiu decisivamente para condicionar o produtor da agroindústria canavieira nacional, a atuar nesse segmento produtivo inserido num ambiente reduzido de incertezas, na medida em que desfrutava da garantia de mercado para a sua produção de álcool combustível, além das vantagens já mencionadas. Como era de se esperar, a resposta a este conjunto de incentivos refletiu no rápido incremento na produção, notadamente do álcool anidro para mistura à gasolina automotiva.

Chama a atenção que, de acordo com Shikida (1998), foram investidos no programa, entre 1975 e 1980, cerca de US\$1,019 bilhão, deste total 75% eram provenientes de recursos públicos e os 25% restantes de recursos privados. Tal valor foi aplicado em 209 projetos nacionais, que na sua maioria foi utilizado para a instalação ou à modernização de destilarias em áreas tradicionais da agroindústria canavieira, destacadamente em São Paulo. Outro fato relevante, nessa primeira fase, é que a meta



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

estabelecida para produção nacional de 3 bilhões de litros de álcool na safra 1979/80, foi ultrapassada em 13,2% (MOREIRA, 1989, p.56-57).

Não é de mais realçar que a diretriz básica do programa estava voltada para o aproveitamento da capacidade ociosa das usinas de açúcar, por meio das destilarias anexas, para a produção de álcool anidro a ser adicionado à gasolina. Assim, os maiores beneficiários nessa fase do programa foram alguns estabelecimentos tradicionais do setor agroindustrial canavieiro, em especial do estado de São Paulo, responsáveis por produzir parte relevante de álcool no período (MOREIRA, 1989).

Diante do acima exposto, cabe mencionar que:

Até a criação do Proálcool, as usinas produziam açúcar e o melão resultante era utilizado para a produção de álcool nas destilarias anexas. A partir de 1975, houve incentivos à implantação e ao reequipamento de destilarias anexas às usinas, bem como para instalação de destilarias autônomas.

Na primeira fase do Proálcool, o crescimento da produção do álcool se deu, basicamente, pela expansão das destilarias anexas às usinas.

Os incentivos do programa estimularam a instalação de destilarias autônomas em regiões não tradicionais. Dessa forma, essas destilarias foram implantadas em todo o estado, particularmente na região Oeste, onde havia grande disponibilidade de terras (CARVALHO et al, 1993, p.166).

Esse autor ainda complementa que: “O grande impulso dado à produção de cana, na primeira fase do Proálcool, com a implantação ou ampliação de destilarias anexas, foi acompanhado pelo crescimento da produção própria, e pelo aumento da produção de fornecedores.” (CARVALHO et al, 1993, p.170).

De acordo com o que foi relatado até aqui, é possível atribuímos à produção alcooleira de São Paulo, assentada nas destilarias anexas às usinas, no período em questão, como sendo o fator dinâmico responsável pela expansão do setor no estado, garantindo não só a ocupação da capacidade instalada como permitindo a sua ampliação.

Os dados das tabelas 1, 2 e 3 ajudam a corroborar com a afirmação acima. Na tabela 1 observa-se aumentos significativos, entre 1976 e 1980, tanto da produção paulista de cana quanto da sua área colhida, em torno de 59,1% e 39,5%, respectivamente. A tabela 1, também, nos permite observar que a participação do estado de São Paulo na produção canavieira nacional, aumentou de 44,7%, no ano 1976, para 50%, em 1980. Enquanto que o rendimento agrícola da produção paulista manteve-se, em todos os anos, acima do nacional e encerrou o período com um índice de 29,3% superior.



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

Na sequência, a tabela 2 registra a evolução da produção de açúcar e de álcool, no estado de São Paulo, da safra 1975/76 a 1979/80. Para o açúcar, embora a quantidade produzida tenha oscilado durante o período, na última safra, essa quantidade foi ligeiramente menor que na primeira. Em contraste, a produção alcooleira apresentou um crescimento expressivo, ao longo de todo período, e na safra de 1979/80 verificou-se um aumento de 582,4%, em relação ao volume produzido na safra 1975/76. No entanto quando analisamos separadamente a produção do anidro e do hidratado, no período, constata-se que o primeiro registrou um crescimento muito mais expressivo, da ordem de 828,5%, e respondeu por 82,2% do total produzido na última safra. Comparado à produção de anidro, o álcool hidratado teve um crescimento bem inferior, registrando um percentual de 207,4%.

Já os dados da tabela 3 revelam o predomínio absoluto da produção alcooleira pelas destilarias anexas, em São Paulo, da safra 1975/76 a 1979/80. Durante todo o período, a participação das destilarias anexas na fabricação do álcool permaneceu acima de 94%.

Tabela 1: Produção de cana de açúcar no estado de São Paulo e no Brasil, em quantidade e em área colhida (1976 - 1980)

Ano	(1) São Paulo			(2) Brasil		
	Cana (t)	Área colhida (ha)	Rendimento (t/ha)	Cana (t)	Área colhida (ha)	Rendimento (t/ha)
1976	45.906.112	722.931	63,5	102.770.000	2.080.000	49,4
1977	51.782.000	790.625	65,5	120.010.000	2.270.000	52,9
1978	58.286.000	870.790	66,9	129.060.000	2.390.000	54,0
1979	63.570.000	947.750	67,1	139.270.000	2.540.000	54,8
1980	73.041.362	1.008.184	72,4	146.230.000	2.610.000	56,0

Fonte: (1) Elaborada a partir de Costa; Hernandes; Lima. FEA, USP, São Paulo, 1990.

Disponível no site: <http://www.ipeadata.gov.br>

(2) Elaborada a partir de Anuário Estatístico da Agroenergia. MAPA, Brasília-DF, 2009, p.10.



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

Tabela 2: Produção de açúcar, álcool anidro e hidratado no estado de São Paulo (safras 1975/76 – 1979/80)

Safra	(1) Açúcar (t)	(2) Álcool (m ³)		
		Total	Anidro	Hidratado
1975/76	2.869.333	362.286	218.769	143.517
1976/77	3.563.614	463.694	246.911	216.783
1977/78	4.098.744	1.095.158	949.629	145.529
1978/79	3.194.344	1.812.421	1.544.130	268.290
1979/80	2.756.716	2.472.340	2.031.194	441.146

Fonte: (1) Elaborada a partir de Costa; Hernandez e Lima. FEA, USP, São Paulo, 1990. disponível no site: <http://www.ipeadata.gov.br>

(2) Elaborado a partir de Balanço Nacional da Cana de Açúcar e Agroenergia, MAPA, 2007, p. 33-35.

Tabela 3: Participação na produção de álcool segundo tipo de destilaria, São Paulo (safras 1975/76 – 1979/80)

Safra	Destilarias	
	Anexas (%)	Autônomas (%)
1975/76	99,7	0,3
1976/77	99,6	0,4
1977/78	94,9	5,1
1978/79	96,0	4,0
1979/80	95,2	4,8

Fonte: Elaborada a partir de Moreira (1989, p.59)

Outra característica do setor agroindustrial canavieiro paulista a ser destacada, no período, é o predomínio do esmagamento de cana própria pelas unidades industriais. Com base nos dados da tabela 4, entre as safras 1975/76 e 1979/80, é possível perceber uma pequena diminuição na participação de cana própria das usinas e destilarias no volume total de cana processada, contudo, essa porcentagem nunca esteve abaixo de 60%. Tal fato nos permite interpretar que a expansão do setor verificado no estado, motivada pelos incentivos do Proálcool, embora tenha contado com o aumento da produção de cana de fornecedores, não foi capaz de promover uma alteração de forma significativa na histórica estrutura produtiva do setor, qual seja, a integração vertical lavoura-processamento de cana.



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

É de se destacar que, nesse intervalo, a produção alcooleira contou com maior participação de cana própria do que a produção açucareira. Esse fato pode significar que a expansão da produção de álcool foi assentada no auto abastecimento das unidades fabris.

Diante disso, aparentemente, na primeira fase do Proálcool, não se observou nenhuma modificação relevante na relação unidade industrial e agrícola deste setor, no estado de São Paulo, fazendo com que fosse mantida a integração vertical. Um fenômeno que, com base em Veiga Filho e Ramos (2006), reflete o processo de concentração da produção da cana pelas usinas e destilarias, contra face da concentração fundiária do setor.

Tabela 4: Evolução da porcentagem de cana própria e de fornecedores no volume total processado e da participação da cana moída própria na produção de açúcar e álcool, estado de São Paulo (1975/76 - 1979/80)

Safr	Própria (%)	Fornecedores (%)	Própria (%)	
			Açúcar	Álcool
1975/76	65,8	34,2	65,9	0,0
1976/77	62,1	37,9	62,6	84,9
1977/78	61,5	38,5	62,5	73,8
1978/79	62,2	37,8	58,6	81,7
1979/80	60,7	39,3	55,0	70,0

Fonte: Elaborada a partir de Carvalho et al. Agricultura em São Paulo, SP, v.40, 1993, p.171 e 174

3 – Segunda fase: do apogeu à desaceleração e crise do Proálcool, 1980 – 1990

3.1-Expansão acelerada do setor

Conforme acabamos de relatar, a primeira fase do programa estava assentada numa expansão da produção do álcool anidro para ser adicionado à gasolina, com ênfase no aproveitamento da capacidade ociosa das usinas, por meio das destilarias anexas. Contudo, um novo conflito na região do Oriente Médio, entre Irã e Iraque, fez com que os preços do petróleo atingissem patamares muito elevados, acima de US\$30 o barril. Ao mesmo tempo, as taxas de juros internacionais registraram aumentos estratosféricos. Mediante essa nova conjuntura, houve um movimento acelerado para implementar o uso



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovanni Chequin

do álcool hidratado como combustível único e nessa nova fase, a ênfase do programa passou a ser o aumento da produção desse álcool através da implantação de destilarias autônomas. O programa tinha por objetivo elevar a produção nacional para 10,7 bilhões de litros em 1985, e dessa maneira, aumentar mais que o triplo da produção em aproximadamente seis anos, além de reafirmar suas motivações iniciais como a economia de divisas e geração de empregos entre outros (SHIKIDA, 1998).

A comercialização do álcool, conforme Shikida (1998) e Moreira (1989), continuava sendo responsabilidade do Estado que por sua vez dava garantia de compra do produto por meio da Petrobras, além arcar com parte dos custos de estocagem. Ainda no âmbito estatal, foram adotadas medidas de estímulo para o uso do veículo com motores movidos exclusivamente a álcool, quais sejam: a redução do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e da taxa rodoviária única para veículos particulares, isenção do IPI para táxis movidos a álcool e a definição de um limite do preço ao consumidor de álcool hidratado de 65% em relação ao preço da gasolina. Ademais, foi, ainda, estabelecida a obrigatoriedade de adicionar 22% de álcool anidro à gasolina. Para aumentar a capacidade de financiamento do programa, foram incluídos novos agentes financeiros, tais como: alguns bancos comerciais privados, bancos de investimentos e caixas econômicas.

Não é demais mencionar que o Estado continuou patrocinando todas as condições vantajosas para financiar os investimentos do setor.

As condições de financiamento dos investimentos continuaram vantajosas, com uma taxa de juros fortemente negativa. Embora a partir de 1979 tivesse sido instituída a correção monetária nos financiamentos, ela foi limitada a 40% da variação das ORTN (em julho de 1981 o limite foi elevado para 70%), além da diminuição dos juros, o que significou uma taxa extremamente baixa, dada a aceleração do processo inflacionário. (MOREIRA, 1989 p.61)

Outra consideração a ser feita, nesses cinco primeiros anos da segunda fase do programa, é com relação ao impulso dado tanto à indústria de máquinas e equipamentos voltados para a agroindústria canavieira, como à indústria automobilística. Tendo em vista que as suas produções foram estimuladas com a possibilidade de expansão desses mercados. No caso específico da indústria automobilística, desde o início do programa, foi considerável os esforços em pesquisa e de recursos investidos para o desenvolvimento do veículo movido à álcool, cuja implementação se deu ainda em 1979 (SHIKIDA, 1998).



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

De acordo com o exposto até aqui, o início dessa segunda fase do Proálcool, foi marcado pela intensificação do agrupamento de interesses, considerando a sua abrangência e envolvimento dos diversos setores. Assim, foram reunidos interesses da indústria de bens de capital até do proprietário de veículo movido à álcool hidratado, além de setores como agricultura, indústria e serviços (SHIKIDA E BACHA, 1999).

Tal amplitude do programa exigia um maior volume de recursos para ser investido. Dessa maneira, entre 1980 e 1984, foram investidos cerca de US\$5,406 bilhões, desse total 56% eram provenientes de recursos públicos e 44% de recursos privados (SHIKIDA, 1998). A esse respeito, quando comparamos com o período anterior, é de se constatar que houve um aumento da participação percentual dos recursos privados no programa, de 25% para 44%, ao mesmo tempo em que diminuiu a participação dos recursos públicos, de 75% para 56%. Fato que pode ser interpretado como um aumento da presença de empresários no setor em detrimento do Estado que assume os riscos.

Conforme Shikida (1998), no que diz respeito à absorção dos recursos do Proálcool pelos estados, até fins de 1985, o estado de São Paulo se destaca como o maior tomador, numa posição isolada, utilizando 36,0% do total desses recursos, em segundo lugar aparece Minas Gerais com um percentual de 10,3%, em terceiro vem Alagoas com 8,1%, Paraná ocupa a quarta posição com 7,9%, seguido por Goiás com 7,2%, Pernambuco com 7,1%, Mato Grosso com 3,2%, Rio de Janeiro com 3,0%, Paraíba com 2,7% e finalmente Mato Grosso do Sul com 2,5%.

Com efeito, o fortalecimento e expansão do setor em São Paulo se deram, fundamentalmente pelo aumento da produção do álcool hidratado, com ênfase nas destilarias autônomas. Isso foi alcançado, em partes pela adesão de alguns empresários tradicionais do setor para a sua produção. Na medida em que, a partir de 1980, tais empresários passaram a concentrar esforços na produção desse álcool. Contudo, mediante os novos estímulos, já mencionados, dispensados ao programa, ocorreu a adesão significativa de empresários imitadores para produção do hidratado, seja da própria agroindústria canvieira que ainda estavam receosos, seja de empresários que não tinham qualquer tradição nesta atividade.

Os fatos acima relatados podem ser confirmados através dos dados das tabelas 5 e 6. De acordo com os números da tabela 5, observa-se, entre as safras 1980/81 e 1984/85, um aumento de 69,6% da produção canvieira no estado, um índice ligeiramente superior aos 64,0% registrado na produção nacional. Entretanto os números revelam que a



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

produção tanto de açúcar quanto de álcool anidro se mantiveram praticamente estáveis, embora tenham sido registradas algumas oscilações durante o intervalo. Por outro lado, a produção de álcool hidratado no estado de São Paulo e no Brasil tiveram aumento expressivo de 324,1% e 342,8%, respectivamente. O que nos permite dizer que nesse período o dinamismo da expansão do setor estava fortemente vinculado ao aumento da produção do hidratado.

Já os dados da tabela 6 revelam que no decorrer da década de 1980, houve um aumento significativo e paulatino da participação das destilarias autônomas na produção alcooleira paulista. Com efeito, na safra de 1980/81 essa participação de apenas 9,3% aumentou para 30,0% na safra de 1986/87. Fato que confirma o crescimento das destilarias autônomas como decorrência dos incentivos dados à produção do álcool hidratado no período retratado.

No que se refere à participação da cana própria das usinas e destilarias autônomas no total de cana processada em São Paulo, durante a primeira metade dos anos 1980, a tabela 7 demonstra que houve um aumento no auto abastecimento, em detrimento à participação dos fornecedores. Para se ter uma ideia, o percentual do processamento de cana própria que já era alto subiu de 59%, na safra 1980/81, para 67%, na safra 1984/85, apontando para um aumento da concentração da produção agrícola pelas unidades processadoras de cana.

Tabela 5: Produção de cana, açúcar, álcool hidratado e hidratado no estado de São Paulo e no Brasil, (1980/81 – 1989/90)

Safra	São Paulo				Brasil			
	Cana (mil t)	Açúcar (mil t)	Hidratado (mil m ³)	Anidro (mil m ³)	Cana (mil t)	Açúcar (mil t)	Hidratado (mil m ³)	Anidro (mil m ³)
1980/81	65.967	3.968	1.063	1.545	123.681	8.254	1.601	2.105
1981/82	43.795	3.915	1.962	872	91.081	7.935	2.787	1.453
1982/83	49.094	4.300	1.342	2.473	101.981	8.857	2.273	3.549
1983/84	50.446	4.342	3.710	1.681	105.149	9.086	5.394	2.469
1984/85	111.887	4.106	4.508	1.516	202.868	8.818	7.089	2.103
1985/86	122.584	3.607	5.152	2.472	223.178	8.033	8.633	3.196
1986/87	114.573	3.617	4.811	1.380	227.846	8.157	8.342	2.163
1987/88	125.457	3.838	5.825	1.504	224.498	8.185	9.476	1.982
1988/89	124.556	4.001	6.407	1.318	220.104	8.070	9.928	1.716



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

1989/90	122.675	3.032	6.639	1.135	222.902	7.214	10.468	1.453
---------	---------	-------	-------	-------	---------	-------	--------	-------

Fonte: Elaborada a partir dos dados da UNICA, São Paulo-SP, disponível no site: <http://www.unica.com.br/unicadata>

Tabela 6: Participação na produção de álcool segundo tipo de destilaria, São Paulo (safras 1980/81– 1987/88)

Safr	Destilarias	
	Anexas (%)	Autônomas (%)
1980/81	91,7	9,3
1981/82	87,9	12,1
1982/83	80,8	19,2
1983/84	72,8	27,2
1984/85	69,8	30,2
1985/86	71,7	28,3
1986/87	70,0	30,0
1987/88	70,4	29,6

Fonte: Elaborada a partir de Moreira (1989, p.59)

Tabela 7: Participação da cana própria e de fornecedores no total de cana moída, no estado de São Paulo e no Brasil, (1980/81 – 1989/90)

Safr	Cana moída (t)			
	São Paulo		Brasil	
	Própria	Fornecedores	Própria	Fornecedores
1980/81	39.214.651	26.752.699	65.295.196	58.385.401
1981/82	35.294.291	28.645.750	65.114.308	67.772.034
1982/83	42.281.574	37.685.573	79.765.724	86.412.868
1983/84	51.217.316	43.221.306	96.404.041	100.338.900
1984/85	74.954.163	36.932.867	125.086.483	77.781.272
1985/86	82.948.688	39.635.490	139.979.016	83.227.251

Fonte: Elaborado a partir de Balanço Nacional da Cana de Açúcar e Agroenergia, MAPA, 2007, p. 36-39.

Paralelamente, no período de 1980 a 1985, ocorreu o desenvolvimento de novas tecnologias que possibilitou transformações na dinâmica econômica da agroindústria



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

canavieira não apenas de São Paulo, mas de todo o país. Importa destacar que o desenvolvimento de novas variedades de cana para melhorias na produtividade, bem como, o já relatado desenvolvimento de veículos movidos à álcool hidratado, são algumas das inovações tecnológicas pelas quais o Proálcool evoluiu.

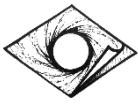
O fato é que, entre 1977 e 1985, na esfera nacional, o rendimento agrícola da cana de açúcar aumentou cerca de 19,5%, enquanto, nesse mesmo período, o rendimento industrial do álcool subiu cerca de 23,2%. E o açúcar por sua vez registrou uma evolução do seu rendimento industrial, entre 1979 a 1985, da ordem de 24,3% (SHIKIDA, 1998).

Contudo, como se sabe, segundo Lima (1992, p.87), esse crescimento não foi uniforme em todos os estados, pois para os estados do Centro-Sul, o rendimento agroindustrial do açúcar era aproximadamente 40% mais eficiente que os estados da região Norte-Nordeste. O que fica evidente é a questão da diferenciação, em termos de produtividade e de custos de produção, verificada entre os estados representativos da agroindústria canavieira nacional. Embora seja reconhecida essa diferença, há que se tomar cuidado com essa generalização, pois mesmo no estado São Paulo, o setor era composto tanto por produtores mais modernos, com alta produtividade, como também pelos menos eficientes, com menor produtividade (SHIKIDA, 1998).

Essas disparidades regionais do setor agroindustrial canavieiro brasileiro, se explicam, em parte, porque nos estados do Centro-Sul, notadamente em São Paulo, verifica-se uma tecnificação razoável em praticamente todas as etapas da produção, fato que não é observado em boa parte das unidades do Nordeste. Ao mesmo tempo, é no estado de São Paulo onde estão localizados os maiores centros de pesquisa, e também as principais indústrias produtoras de máquinas e equipamentos (SZMRECSÁNYI, 1976). O que nos leva a concluir que essa tecnificação favorável é decorrente de uma maior concentração técnica e econômica em torno da agroindústria canavieira paulista, contribuindo ainda mais para a reafirmação de sua posição hegemônica na evolução do setor na esfera nacional.

3.2-Desaceleração e crise do Proálcool

Na primeira metade dos anos 1980, o programa registrou o maior volume de recursos investidos, até aquele momento. Em contraste, de meados dessa década até o seu final, foram investidos no Proálcool o menor valor já registrado, uma quantia aproximada de apenas US\$0,511 bilhão, sendo 39% provenientes de recursos públicos e 61 % de



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

recursos privados (SHIKIDA, 1998). Tal fenômeno foi o reflexo da diminuição paulatina dos investimentos públicos no programa, sinalizando uma tendência de retirada da interferência do Estado nas atividades da agroindústria canavieira nacional e de desaceleração da expansão do setor, culminando com a crise no abastecimento de álcool nos postos de combustíveis.

Com o desequilíbrio entre a oferta do álcool e a sua demanda pelo consumidor final, tornou-se imperativo, a partir de 1989, a necessidade de importação do produto, até mesmo na forma de metanol, tanto para ser adicionado à gasolina como do álcool hidratado (SHIKIDA, 1998). Conforme já foi destacado anteriormente, um dos propósitos do Proálcool era justamente promover um maior equilíbrio das contas balanço de pagamentos, através da economia de divisas, dessa forma a importação de álcool representava um fracasso dessa proposição.

Dessa forma, se por um lado o Estado reduzia gradativamente os recursos públicos investidos no programa, por outro lado, o produtor de álcool se deparava com as instabilidades decorrentes dessas reduções, contribuindo para alimentar os desequilíbrios entre a oferta e a demanda do produto. Sabe-se também que a formação de expectativas está vinculada a um ambiente institucional capaz de gerar um estado de confiança em relação aos acontecimentos. Assim, pode-se aferir que os fatores relativos as incertezas do Proálcool, acabaram influenciando também nos comportamentos de agentes econômicos de suma importância para o programa, quais sejam: da indústria automobilística e do consumidor de álcool hidratado. A partir do episódio que levou a falta de álcool combustíveis nos postos de abastecimento, a indústria automobilística que havia aumentado paulatinamente a produção veículos a álcool, durante toda a década de 1980, passou a aumentar a produção de veículos a gasolina. Só nos quatro primeiros anos da década de 1980 a proporção da venda de carros a álcool chegou a atingir um percentual de 88,5%, e nos quatro anos subsequentes ultrapassou a casa dos 90%. Por outro lado, o reflexo da crise do abastecimento, se fez sentir na queda de participação desses veículos no total de carros produzidos que chegou a representar apenas 3,6% em 1995 (SHIKIDA, 1998).

Ademais, conforme Castro (2011, p.100):

Vivia-se, a rigor, um momento internacional favorável. O preço do petróleo, importante item da pauta de importações brasileiras, caía no mercado internacional, e o dólar desvalorizava-se em relação às moedas europeias e ao iene. Em 1985 estávamos diante de um contexto de



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

menor restrição externa, relativamente ao período anterior (1981-83), ao mesmo tempo em que a economia tinha recuperado suas elevadas taxas históricas de crescimento.

Assim, a situação crítica pelo qual o Proálcool passou enfrentar a partir da segunda metade dos anos 1980, pode ser atribuída, em parte, à queda nos preços do petróleo no mercado internacional e ao aumento da produção brasileira desse insumo, fazendo com que desaparecessem os efeitos provenientes da crise do petróleo, uma das principais motivações pelo qual o Proálcool havia se constituído e consolidado. Dessa forma, tornava-se cada vez mais difícil defender diante da população em geral o interesse corporativo contido no programa.

Diante desse contexto crítico, a desarticulação do agrupamento de interesses que havia no âmbito do Estado é afetada por demandas contraditórias. A esse respeito verifica-se três movimentos importantes. Primeiramente, para manter o Proálcool, uma das estratégias do Estado foi obrigar a Petrobras, como seu acionista majoritário, a comprar o álcool combustível por um preço maior do que era vendido às distribuidoras e postos de combustíveis (SHIKIDA E BACHA, 1999). Ou seja, por determinação do Estado, a empresa deveria arcar com o prejuízo dessa operação. Isso tudo somado a diminuição da dependência externa do petróleo, devido ao aumento da produção nacional, faziam com que a Petrobras se posicionasse contra o Proálcool.

Sabemos, com base em Moreira (1989, p.65-66) que:

A partir de 1985 esta empresa estatal passa a sofrer dificuldades financeiras, tanto por prejuízos na própria comercialização do álcool como, principalmente, devido à redução do mercado da gasolina. Até janeiro deste ano o Governo fugiu de uma decisão mais firme na direção da revisão do PNA. O corte do subsídio ao álcool destinado à indústria química, além de representar uma parcela diminuta do total do álcool produzido, só vai ser total no ano de 1992. A relação entre os preços ao consumidor do álcool hidratado e da gasolina foi reduzida a 69%, nível que ainda mantém as vantagens do primeiro sobre o segundo. Ao lado destas medidas, os prejuízos da Petrobrás vinham tendo com a "conta álcool" passaram a ser cobertos pelo Tesouro Nacional, o que transferiu o problema de lugar ao invés de resolvê-lo. Este quadro de dificuldades acabou por se refletir no próprio comportamento do mercado de automóveis, que apresentou um aumento da demanda por carros a gasolina de 6,45% do total em janeiro de 1988 para 27,8%, em outubro do mesmo ano, embora o carro a álcool continuasse a ser vantajoso para o consumidor.

Outra manifestação desse conflito, conforme Shikida e Bacha (1999), foi que o Proálcool contribuiu para diminuir paulatinamente as atribuições do Instituto do Açúcar



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

e do Álcool (IAA) da função de regulamentar o setor, até culminar na extinção do instituto através da Medida Provisória nº 2.151, de 15 de março de 1990, o fim do instituto implicou também na extinção do Planalsucar.

De fato essa autarquia constituía uma força de resistência dos interesses dos produtores nordestinos. Portanto o seu esvaziamento e extinção significou o aprofundamento do desequilíbrio de forças entre os empresários da agroindústria canavieira do Norte-Nordeste e os do Centro-Sul, notadamente os de São Paulo, contribuindo dessa maneira para o reforço de sua posição hegemônica. Por outro lado, significou para Proálcool, a perda de duas instituições dotadas de estruturas com capacidade que eram potencialmente capazes de promover um desenvolvimento mais equilibrado do setor (SHIKIDA E BACHA, 1999).

Finalmente, o terceiro aspecto do conflito está relacionado à profunda crise fiscal pelo qual atravessou o país, a partir de meados dos anos 1980, impondo uma contenção forçada da expansão do Proálcool. Aliado a esse fato, no início da década de 1990, o Estado brasileiro foi tomado pelo pensamento de caráter neoliberal e, portanto, o que se observou foi um movimento em consonância com seu novo perfil, que inevitavelmente implicava na reformulação de suas políticas voltadas não apenas para o setor da agroindústria canavieira nacional, mas para a economia como um todo.

O modelo de crescimento com abundância de recursos públicos chegava ao fim. Durante os últimos anos da década de 1980, as políticas do governo foram marcadas pelo esgotamento dos recursos públicos ao mesmo tempo em que se buscava a estabilização monetária.

Para melhor compreensão do contexto econômico nacional no período, importa relatar que:

Durante o biênio 1983-84, o governo promoveu um ajuste fiscal com base na queda dos salários e do investimento público. Algumas medidas fiscais e monetárias foram ainda adotadas, ao final de 1985, por intermédio de um “pacote fiscal”, cujo objetivo era eliminar o déficit no conceito operacional. Foi justamente na primeira metade da década de 1980 que cresceu a aceitação de que a definição adequada para mensurar o déficit público era o conceito operacional, isto é, aquele que desconta o efeito da inflação (correção monetária e cambial) nas contas do governo. Como resultado desses esforços fiscais, o déficit operacional foi reduzido entre 1983/84, embora tenha voltado a subir em 1985. (CASTRO, 2011, p.101)



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

Face ao novo posicionamento do Estado, vários interesses em torno do Proálcool foram afetados. Por sua vez, a indústria de máquinas e equipamentos voltada para o setor agroindustrial canavieiro se deparou com uma situação de retração de encomendas, desencadeando um ambiente de incertezas para essa indústria, motivado fundamentalmente pelo corte de financiamentos que como consequência interrompeu a continuidade da implantação ou ampliação de destilarias (SHIKIDA E BACHA, 1999).

Para ilustrar a evolução e a dinâmica da agroindústria canavieira de São Paulo na segunda metade dos anos 1980, recorreremos aos dados da tabela 5. Entre as safras 1985/86 e 1989/90, a produção da lavoura canavieira paulista apresentou algumas variações, mas o fato é que a última safra do intervalo registrou praticamente a mesma produção da primeira. Mais ainda, a produção de açúcar e álcool anidro apresentaram uma redução de 16% e 54,2%, respectivamente. O álcool hidratado foi o único que apresentou um crescimento da ordem de 28,9%, um índice bem mais modesto do que o observado na primeira metade da década de 1980. Esses dados em conjunto corroboram para evidenciar a mencionada estagnação que se abateu sobre o setor no referido período.

4-Considerações Finais

Este artigo preocupou-se em analisar os dados sobre a evolução da estrutura produtiva da agroindústria canavieira no estado de São Paulo, de 1975 a 1990, levando em conta as distintas conjunturas pelo qual passou o Proálcool. A partir de uma perspectiva cronológica o programa governamental foi caracterizado em duas fases.

Primeiramente fez-se a abordagem do setor paulista inserido num contexto que teve início com a implantação do Proálcool, em 1975, e durou até o segundo choque do petróleo, em 1979. Nessa primeira fase verificou-se uma expansão moderada do setor, estimulado pelos incentivos dados à produção de álcool anidro cujo objetivo era utilizá-lo na mistura com gasolina, como forma de economizar divisas com a importação do petróleo. Importa destacar que essa expansão se deu com base na implantação ou ampliação de destilarias anexas, e foi acompanhada por um aumento na produção de cana tanto das unidades processadoras quanto dos fornecedores.

A segunda fase teve início, em 1980, motivado pelo segundo choque do petróleo ocorrido em 1979, e terminou em 1990, marcado pela falta de etanol hidratado nos postos de abastecimento. Nessa fase o Proálcool atingiu seu apogeu na primeira metade dos anos 1980, seguido pela desaceleração e crise até o final do período. A característica marcante



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovanni Chequin

dessa fase foi que o expressivo crescimento do setor em São Paulo se deu, pelo aumento da produção do álcool hidratado e desta vez acompanhado pelo crescimento das destilarias autônomas. É de se destacar que nesse período do Proálcool registrou-se um aumento da produção de cana própria contribuindo para aprofundar o grau de verticalização no setor.

Com base nas informações e nos dados levantados neste artigo, nas duas fases analisadas do Proálcool, é possível constatar que embora a ampliação do mercado alcooleiro tenha permitido a incorporação ou entrada de novos agentes no setor, nos chama atenção o absoluto predomínio da moagem de cana procedente das propriedades fundiárias dos usineiros ou detentores das destilarias autônomas. Diante disso percebe-se que ao longo de todo o período, embora o programa tenha promovido algumas modificações no setor agroindustrial canavieiro paulista, não houve mudança significativa na histórica estrutura produtiva desse setor, qual seja, a predominância da produção integrada da lavoura com a atividade industrial.

Ademais, deve ser mencionado que a análise deste artigo esta relacionada a apenas um aspecto da manifestação da concentração do setor, que é a sua secular característica estrutural de integração vertical da lavoura de cana-processamento. Contudo, é preciso ressaltar que isso foi feito sem o aprofundamento dos comentários críticos sobre esse processo.

Para concluirmos, o mínimo que se pode afirmar é que a concentração da produção agrícola pelas usinas e destilarias autônomas aqui constatada, está indissociavelmente vinculada ao histórico e contemporâneo processo de “modernização conservadora”³ como característica marcante na constituição do capitalismo brasileiro.

³ Para nos ajudar a compreender o termo “modernização conservadora”, ver o texto de Murilo José de Souza Pires e Pedro Ramos (2009). Segundo os autores, o conceito de modernização conservadora foi inaugurado no Brasil com o trabalho de Alberto Passos Guimarães intitulado de: *O complexo agroindustrial*. Esse trabalho caracteriza a “modernização conservadora” como um processo que promoveu a expansão da produção agropecuária brasileira mediante a renovação tecnológica, porém sem que fosse acompanhada de uma alteração relevante na estrutura agrária.



Referências Bibliográficas

- BACCARIN, J. G. **A Desregulamentação e o Desempenho do Complexo Sucroalcooleiro no Brasil.** Tese de Doutorado. São Carlos, UFSCAR, 2005.
- BELIK, W. **Agroindústria processadora e política econômica.** Tese de Doutorado. Campinas. Instituto de Economia, Unicamp, 1992.
- CARVALHO, F. C., et al. **Estudo da integração vertical na agroindústria sucroalcooleira no estado de São Paulo, 1970-92.** In: Agricultura em São Paulo, SP, v.40, 1993, p.157-182.
- CASTRO, L. B. **Esperança, frustração e aprendizado: a história da nova república (1985-1989).** In: GIANBIAGI, F., et al. (Orgs) Economia brasileira contemporânea (1945-2010). Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2011, p. 100 e 101.
- IRACI, I. D. N. C.; HERNANDES, V. A.; LIMA, J. **Estatísticas básicas da agricultura paulista (1839-1988).** São Paulo - FEA-USP, 1990 Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 08 mar 2018
- HERMANN, J. **Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: O II PND e a crise da dívida externa (1974-1984).** In: GIANBIAGI, F, et al. (Orgs) Economia brasileira contemporânea (1945-2010). Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2011, p. 80.
- LIMA, J. C. de S. **A intervenção governamental no setor açucareiro: ênfase à problemática do subsídio de equalização.** Tese de Doutorado, São Paulo, FEA/USP, 1992.
- MAPA-MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível no site: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/arquivos-publicacoes-agroenergia/anuario-estatistico-da-agroenergia-2009>. Acesso em: 10 mar 2018.
- MAPA-MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível no site: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/agroenergia/balanco-nacional-da-cana-de-acucar-e-agroenergia-2007>. Acesso em: 10 mar 2018.
- MOREIRA, E. F. P. **Expansão, concentração e concorrência na agroindústria canvieira em São Paulo: 1975 a 1987.** Dissertação de Mestrado em Economia – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1989.
- PIRES, M.J.S.; RAMOS, P. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza – CE, v. 40, nº 3, jul-set 2009, p.411-424. Disponível no site: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/367/315> Acesso em: 12 mar 2018.



Evolução Do Setor Agroindustrial Canavieiro Paulista Sob A Égide Do Proálcool, De 1975 A 1990 – Bruno Giovani Chequin

RAMOS, P. **Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

SHIKIDA, P. F. A. **A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995**. Cascavel – PR: Edunioeste, 1998.

_____. e SHIKIDA; BACHA, C.J.C. **Evolução da Agroindústria Canavieira Brasileira de 1975 a 1995**. RBE Rio de Janeiro v.53 jan/mar. 1999, p.69-89.

SZMRECSÁNYI, T. **Contribuição a Análise do Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil**. Tese de Doutorado. Instituto de Economia. Campinas, UNICAMP, 1976.

UNICA - UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR. Unica data. São Paulo: 2018. Disponível em: <http://www.unica.com.br/unica data>. Acesso em: 11 mar 2018

VEIGA FILHO, A. A.; RAMOS, P. **Proálcool e evidências de concentração na produção e processamento de cana-de-açúcar**. In: Informações Econômicas, SP, v.36, n.7, jul. 2006, p.48-61.